

RECIFE, 16 A 31 DE MARÇO DE 2016 – ANO V – Nº 47

10 anos da Ouvidoria

Ouvidoria do MPPE completa 10 anos e se fortalece como canal de comunicação com o cidadão, registrando aumento de demanda em 133%. **Pág. 2**

Sem nepotismo

A Câmara Municipal de Arcoverde atendeu recomendação expedida pelo MPPE e exonerou onze ocupantes de cargos comissionados. **Pág. 3**

Corrupção. Tem jeito

Caop Fundações estimula promotores de Justiça a implantarem ações de combate à corrupção e ao enriquecimento ilícito no terceiro setor. **Pág. 4**



Água sem qualidade

O MPPE recomendou à Secretaria de Saúde de Mirandiba que monitore a qualidade da água fornecida à população do município. **Pág. 5**

Abraçando a Escola

O MPPE apresentou ao prefeito de Garanhuns os fundamentos do projeto Abraçando a Escola que busca reduzir a evasão escolar no município. **Pág. 6**

Curso de Libras

A Escola Superior do Ministério Público iniciou curso básico de Língua Brasileira de Sinais, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. **Pág. 7**

Governo doa terreno para o MPPE construir sede única em Santo Amaro

Projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa pelo governador Paulo Câmara autoriza doação ao MPPE de um terreno de 15.000m², onde funcionou a garagem de ônibus da CTU



Localização do terreno em Santo Amaro, onde funcionou a garagem dos ônibus da CTU é bem estratégica

O governador Paulo Câmara encaminhou à Assembleia Legislativa, no dia 8, projeto de lei autorizando o Estado a doar ao MPPE imóvel integrante de seu patrimônio, situado à Rua 13 de Maio, esquina com a Avenida Mário Melo, em Santo Amaro, onde funcionou a garagem dos ônibus da extinta Companhia de Transportes Urbanos (CTU). O terreno tem aproximadamente 15.000m², com potencial para construção de até 30.000m².

“Nossa Instituição está dando o primeiro passo rumo à concretização de uma antiga aspiração dos

procuradores e promotores, bem como dos servidores: a construção de nossa sede única”, observou o procurador-geral Carlos Guerra de Holanda. Desde o início de sua gestão, em janeiro do ano passado, ele vinha trabalhando com esse objetivo.

Em função da crescente demanda social, o MPPE cresceu ao longo dos últimos 25 anos, inclusive fisicamente, de forma desordenada. Hoje, na capital, o MPPE funciona em doze diferentes endereços, o que tem exigido da Instituição um serviço de transporte coletivo interno para suprir

a necessidade de deslocamentos diários de servidores entre as sedes da capital. O custo financeiro dessa dispersão é alto e a integração necessária entre todos os que fazem parte do MPPE também fica prejudicada, influenciando na celeridade dos processos. De acordo com o projeto de lei, a referida doação se formalizará mediante termo ou contrato de doação, do qual constarão as condições e obrigações pactuadas, entre elas a que fixa em até quatro anos após a assinatura do termo de doação o início da construção da sede única.



Guarda Municipal

Ipojuca deve sanar irregularidades encontradas na Guarda. **Pág. 3**



Conselho de Corregedores

O corregedor-geral Renato Silva foi eleito vice-presidente. **Pág. 7**

Atenção total ao cidadão

A Ouvidoria é de suma importância para o MPPE por se constituir no canal de comunicação com a sociedade. A população está mais consciente do papel do Ministério Público. Assim, foi preciso incrementar o órgão para lidar com as variadas e crescentes demandas.

Cada procurador de Justiça que esteve à frente dela contribuiu para o seu fortalecimento do órgão, como se um colocasse um tijolo na construção. Trata-se de um espaço de diálogo democrático, onde o cidadão faz suas reclamações e busca encontrar o direito que pleiteia, com total guarida para a sua inquietação.

Membros e servidores têm consciência sobre a importância desse canal com a sociedade, para fornecer informações precisas, claras e rápidas, em respeito a quem solicita, exercitando assim a cidadania.

O próximo passo é o cruzamento de dados do Sistema Ouvidor com o sistema interno do MPPE de tramitação de autos, o que facilitará a diminuição de etapas para obter as informações precisas e na rapidez desejadas. Esse facilitador já está previsto no projeto extrajudicial eletrônico no portfólio da Gestão Estratégica do MPPE 2013-2016 e irá integrar todas as áreas extrajudiciais, inclusive o módulo da Ouvidoria.

Tenham todos uma boa leitura!
A Redação

Dez anos da Ouvidoria

O principal motivação que levou o cidadão entrar em contato com a Instituição. De acordo com o relatório de 2015, as manifestações que mais demandaram atuação ministerial foram:

17 de março a 30 de setembro de 2006, informações (117 manifestações)

Patrimônio Público (497 demandas),

Habitação e Urbanismo (143),

Saúde (121), Matéria Criminal (118),

Meio Ambiente (114),

Consumidor (110),

Educação (80)

Infância e Juventude (53).



Tudo começou, em 2006, com um telefone e um e-mail numa pequena sala do edifício da Procuradoria Geral de Justiça. Após dez anos da sua criação e instalação, a Ouvidoria Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) fortalece cada vez mais o diálogo com a sociedade, tornando-se importante canal de comunicação entre o cidadão e o MPPE. Um grande instrumento de comunicação e relacionamento da Gestão Estratégica 2013-2016, da Instituição.

Ano passado, recebeu 4.536 manifestações. Mais que dobrou em comparação com 2014, que registrou 1.540 manifestações. Ou seja, as demandas aumentaram 133%. Este ano, até fevereiro, já haviam sido registradas 794 manifestações.

Na avaliação da servidora Raíssa Monteiro, lotada no órgão desde 2006, o número crescente de manifestações se deu por duas razões: a população ficou mais consciente do papel do Ministério Público e o Fale Conosco do site do MPPE passou a ser direcionado para o Sistema Ouvidor.

No último relatório de atividades, a Ouvidoria ranqueou as manifestações de 1º de abril a 30 de setembro de 2015, sendo denúncia (1.542 manifestações) a líder da procura do MPPE pelo cidadão. Em comparação com o primeiro relatório de atividades, 17 de março a 30 de setembro de 2006, informações (117 manifestações) foi a principal motivação que levou o cidadão entrar em contato com a Instituição. De acordo com o relatório de 2015, as manifestações que mais demandaram atuação ministerial foram: Patrimônio Público (497 demandas), Habitação e Urbanismo (143), Saúde (121),

Matéria Criminal (118), Meio Ambiente (114), Consumidor (110), Educação (80) e Infância e Juventude (53).

Com o novo regimento, publicado no Diário Oficial de 8 de março, a Ouvidoria passou também a administrar a Central de Denúncias do MPPE, que é um serviço tanto online (24 horas) como pelo telefone 0800 281 9455 (de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h), pelo qual o cidadão pode registrar denúncias sobre assuntos diversos referentes às áreas criminal, cível e cidadania. Os registros são encaminhados aos órgãos ou entidades responsáveis, conforme as competências para a apuração dos fatos.

O novo endereço da Ouvidoria é rua do Imperador Dom Pedro II, nº447, Anexo III, Santo Antônio, Recife. A atual equipe de trabalho conta com seis servidores efetivos, sendo cinco técnicos e uma analista ministerial, além de dois estagiários de nível médio.

EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA
Recife, 16 a 29 de fevereiro de 2016

Nº 73 – Circulação quinzenal – Distribuição gratuita

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Carlos Augusto Aruda Guerra de Holanda / **Subprocurador-geral em Assuntos Institucionais** Fernando Barros de Lima / **Subprocuradora-geral em**

Assuntos Administrativos Lais Coelho Teixeira Cavalcanti / **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clénio Valença Avelino de Andrade / **Corregedor-geral** Renato da Silva Filho / **Corregedor-geral substituto** Paulo Roberto Lapenda Figueiredo / **Ouvidor-geral** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / **Secretário-geral** Aguinaldo Fenelon de Barros / **Secretário-geral adjunto** Valdir Francisco de Oliveira / **Chefe de gabinete** José Bispo de Melo / **Coordenador de Gabinete** Petrucio Luna de Aquino / **Assessor**

Ministerial de Comunicação Social Jaques Cerqueira / **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Giselly Veras, Isa Maria, Izabella Cavalcanti e Miguel Rios / **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / **Relações Públicas** Evângela Andrade / **Estagiários** Geise Araújo, Igor Souza, Vinicius Maranhão e Luíza Ribeiro (Jornalismo) e Maria Eduarda Rocha (Publicidade) / **Apoio Administrativo** Cátia Fonseca, Bruna Vieira e Marli Cruz / **Repórter fotográfico** Thiago Aquino / Apoio Marcos Cesar / **JORNAL**

PANORAMA - Edição Jaques Cerqueira / **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado / Diagramação Aluísio Ricardo / **Produção Executiva** Evângela Andrade / **Fotos** Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1270 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mpppe.mp.br

ARCOVERDE

Câmara exonera 11 por nepotismo

Em cumprimento à recomendação expedida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o presidente da Câmara Municipal de Arcoverde, Miguel Leite de Siqueira, exonou onze ocupantes de cargos comissionados do quadro funcional da casa. Com essa medida, o Poder Legislativo municipal zerou os casos de servidores que possuem relação de parentesco até o terceiro grau do prefeito, vice-prefeito, vereadores, secretários municipais e demais agentes públicos atuando, em funções de confiança ou em cargos comissionados.

Segundo o promotor Hugo Eugênio Gouveia, a recomendação foi motivada pela constatação, feita por meio do Inquérito Civil nº 002/2015, de que o cargo comissionado de oficial de gabinete da presidência da Câmara Municipal era exercido por Audrez Francioly Santos Barros, que é casado com uma sobrinha do presidente Miguel Siqueira. No documento, o representante do MPPE pediu a exoneração, no prazo de 24 horas, de todos os servidores em situação semelhante.

“A prática de nepotismo e favorecimento nos cargos em comissão no âmbito dos Poderes Municipais constitui situação nefasta, que agride e viola de forma frontal e direta os princípios que norteiam o regime jurídico-administrativo”, destacou o representante do MPPE, no texto da recomendação.

Ainda de acordo com o promotor, o Legislativo municipal deverá se abster de contratar diretamente, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, pessoa jurídica cujos sócios sejam parentes das autoridades mencionadas. A vedação é a mesma para os casos de celebração de contratos de prestação de serviço, contratação temporária

de pessoal e novas nomeações para cargos comissionados ou funções de confiança.

Da mesma forma, o MPPE recomenda que não seja adotada a prática do nepotismo cruzado, caracterizada pela nomeação recíproca de parentes de agentes públicos de um órgão público para atuar em outro.



Promotor Hugo Eugênio: a prática de nepotismo nos cargos em comissão constitui situação nefasta

Foto: Cátia Fonseca

IPOJUCA

Demandas da Guarda

Representado pela promotora Bianca Stella, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu três recomendações ao prefeito de Ipojuca, Carlos Santana, e aos secretários municipais, para que adotem uma série de medidas visando sanar várias irregularidades encontradas no âmbito da Guarda Municipal (GM). A iniciativa do MPPE definiu em três linhas de atuação as inúmeras representações dos servidores da GM junto à Promotoria de Justiça local. As recomendações visam à elaboração do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos e realização de concurso público para a Guar-

da Municipal; regularização dos vencimentos e assinatura de convênio com a Autarquia Municipal de Trânsito, Detran e Cetran para promover a eficácia das atribuições na fiscalização do trânsito pelo órgão municipal responsável. Por fim, a promotora recomenda que o prefeito receba regulamente os atestados médicos dos integrantes da Guarda Municipal e atenda os requisitos da Justiça Eleitoral, inclusive com direito ao gozo de folga, sem prejuízo à remuneração.

CORTÊS

Cargos efetivos na Câmara

O MPPE recomendou à Câmara Municipal de Cortês que adote as providências necessárias para a imediata recomposição da lei municipal que cria os cargos efetivos do Poder Legislativo local. A Casa Legislativa informou ao MPPE que não dispõe da legislação referente aos seus cargos efetivos por causa da enchente ocorrida no ano de 2010, que destruiu todo o seu acervo. Diante disso, o promotor Ivo Pereira de Lima recomendou que seja verificada junto ao Tribunal de Contas de Pernambuco a existência em seus arquivos da referida lei. Caso não haja nenhum registro, que a Câmara elabore novo

projeto de lei sobre a matéria e apresente-o para deliberação pela Casa Legislativa.



Promotor Ivo Pereira

Foto: Giselly Veras

“Corrupção. Tem jeito” recebe apoio

O projeto Corrupção. Tem jeito, do MPPE, ganhou um aliado de peso. O Caop Fundações, coordenado pelo promotor de Justiça Edson José Guerra, encaminhou aos promotores de Justiça que atuam nessa área uma série de propostas de ação para o enfrentamento à corrupção e ao enriquecimento ilícito no terceiro setor. A iniciativa tem por objetivo estimular os promotores de Justiça a implementarem essas ações direcionadas à efetivação do projeto, sem, contudo, interferir nos princípios do promotor natural, com seu livre convencimento, autonomia e independência funcionais.

De acordo com Edson Guerra, “algumas dessas ações constituem rotina de trabalho das Promotorias de Justiça especializadas, mas outras não. O importante é continuar fazendo e demonstrar à sociedade e às instituições nossa luta e o compromisso em protegê-las desse mal tão danoso, responsável por tanta miséria e morte em nosso País”. Entre as ações propostas está a adesão ao projeto institucional Controle à Vista, como forma de

induzir e exigir do poder público municipal a implantação da Controladoria Geral Municipal, em conformidade com a Resolução nº 001/2009, do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O coordenador do Caop Fundações também propõe que se exija do poder público municipal o

cumprimento dos artigos 9º e 10 da Lei nº13.019/2014, no sentido de manter atualizados, em sítio oficial na internet, os valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o terceiro setor e a relação por ordem alfabética das parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, para realização

de atividades de interesse social. Outra ação proposta é que se vele pela transparência da movimentação financeira nas contas bancárias de entes públicos ou entidades privadas de interesse social, utilizadas para gestão recursos públicos, acompanhando e avaliando os saques em espécie.



Foto: Cátia Fonseca

Promotor Edson José Guerra enviou aos promotores de Justiça uma série de propostas de combate à corrupção

AFOGADOS DA INGAZEIRA

Demandas entregues ao PGGJ

Oito promotores da 3ª Circunscrição, que tem sede em Afogados da Ingazeira (Sertão do Pajeú), estiveram reunidos com o procurador-geral de Justiça, Carlos Guerra de Holanda, para solicitar diversas melhorias que irão ajudar a otimizar a atuação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) naquela região do Pajeú. Os pedidos abrangem desde a transformação do cargo de promotor substituto de 1ª entrância de São José do Egito e de Sertânia em promotor de 2ª entrância, até a aquisição de equipamentos.

Os promotores Lúcio Almeida, Adriano Camargo, Fernando

Della Latta, Lorena Medeiros, Fabiana Albuquerque, Aurinilton Leitão e Júlio César Elihimas entregaram ao procurador-geral de Justiça a pauta com uma série de reivindicações que envolvem toda a região. Com relação à transformação do cargo de promotor substituto de 1ª entrância em promotor de 2ª entrância, o procurador-geral afirmou que já existe um procedimento sobre o assunto tramitando no MPPE. “Não vejo dificuldade em atender esse pleito. O problema é só a tramitação”, afirmou Carlos Guerra. As outras demandas estão sendo analisadas pelos departamentos competentes.

CARUARU

Falta mobilidade urbana

O MPPE recomendou à Prefeitura de Caruaru, ao Con-

selho Municipal de Transportes, à Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes, à Empresa de Urbanização e Planejamento e ao Conselho da Cidade que seja apresentado o Plano de Mobilidade Urbana de Caruaru no prazo de 90 dias. O prazo legal para a apresentação do referido Plano expirou no final de abril de 2015. Segundo o promotor Daniel de Ataíde, há um procedimento preparatório que apura essa perda de prazo do Plano de Mobilidade Urbana no município de Caruaru. O promotor de Justiça conferiu o prazo de 30 dias para que os notificados informem sobre as providências adotadas.



Foto: Cátia Fonseca

Promotor Daniel Ataíde

MIRANDIBA

Qualidade da água deve ser monitorada

O MPPE, representado pela promotora Thinneke Hernalsteens, recomendou à Secretaria de Saúde de Mirandiba e à VII Gerência Regional de Saúde (Geres) que façam a vigilância da qualidade da água consumida pela população, a fim de avaliar se o produto apresenta ou não risco à saúde. De acordo com dados das Gerências Regionais de Saúde do Estado, amostras da água para consumo humano colhidas em Pernambuco vêm indicando a presença de bactérias do tipocoliformes totais e *Escherichia coli*, que representam risco à saúde da população.

Com o objetivo de identificar a origem de uma possível contaminação, o MPPE recomendou à Secretaria de Saúde de Mirandiba que as amostras encaminhadas à Geres sejam coletadas, prioritariamente, em pontos da rede de distribuição situados antes dos reservatórios. Em relação às amostras de água provenientes de carros-pipas, a coleta deve ser realizada na torneira do próprio veículo transportador.

Além disso, quando for identificada qualquer desconformidade no tocante à qualidade da água, os res-



Foto: Cátia Fonseca

Promotora Thinneke Hernalsteens: Qualidade da água consumida pela população deve ser observada

ponsáveis pelo sistema de abastecimento ou solução alternativa coletiva devem ser notificados para sanar as irregularidades detectadas. No caso de situações de risco à saúde, o município deve se articular com os responsáveis pelo sistema de abastecimento ou solução alternativa para definir as orientações que deverão ser prestadas à população por ambas

as partes.

A promotora também recomendou à Secretaria de Saúde de Mirandiba que alimente rotineiramente o sistema de informação Vigiagua, do Ministério da Saúde, e mantenha articulação permanente com a Agência Reguladora de Pernambuco, para que as devidas providências sejam tomadas quando forem detec-

tadas falhas relativas à qualidade dos serviços de abastecimento de água.

A VII Geres, por sua vez, deve orientar o município para que as coletas de amostras de água sejam realizadas de acordo a recomendação do MPPE, e encaminhar à promotoria de Justiça local o resultado das análises de qualidade da água.

SÃO JOSÉ DO EGITO

Pneus desocuparão depósito

O representante da empresa KL Pneus, localizada no município de São José do Egito, Luciano Vicente, firmou TAC perante o MPPE visando à retirada imediata de 300 toneladas de pneus e cintas de pneus encontradas em depósito a céu aberto no sítio Ambó, zona rural da cidade vizinha de Itapetim. A ação objetiva eliminar possíveis focos do mosquito *Aedes aegypti*, vetor da dengue, zika e chikungunya. Segundo a promotora Lorena Santos, o dono do imóvel recebeu prazo de 30 dias para retirar os pneus e as cintas do local. O prazo da-

do considerou as dificuldades de acesso ao sítio para caminhões de grande porte e a quantidade que será transportada.



Foto: Cátia Fonseca

Promotora Lorena Santos

ARARIPINA

Coleta de lixo irregular

Após receber um abaixo-assinado noticiando que a coleta de lixo em Araripina não vem acontecendo de forma regular, o MPPE recomendou ao prefeito Alexandre Arraes uma série de medidas para tentar melhorar o serviço de limpeza urbana no município. Na recomendação, a promotora Juliana Pazinato reforça a necessidade de atenção quanto ao acúmulo de resíduos orgânicos e recicláveis nas ruas, capazes de gerar o aumento dos vetores de doenças. A representante do MPPE ainda ressalta o recente aumento dos surtos de viroses relacionadas à mosca, inseto que se prolifera no lixo.

De acordo com a promotora, o prefeito deverá intensificar o serviço de limpeza urbana, impedindo o acúmulo de lixo a céu aberto, bem como fazer a limpeza contínua dos espaços públicos abertos, como praças e parques, além dos terrenos baldios e redes de água e esgoto. Também deverá apresentar o cronograma de dias e horários em que a coleta de lixo é realizada em cada bairro, informando à população quanto ao mesmo, além de promover campanha de sensibilização e conscientização da população e do comércio local para que o lixo seja colocado na rua somente nos dias em que há coleta.

CARUARU

MPPE unido em defesa de promotor

O MPPE promoveu, no dia 15, um movimento de apoio institucional ao promotor Flávio Henrique dos Santos, que foi alvo de um ato de desagravo público realizado pela OAB-PE, no último dia 11, na Promotoria de Justiça de Caruaru, em defesa de cinco advogados dos cinco vereadores investigados na Operação Ponto Final. Reunidos pelo procurador-geral Carlos Guerra de Holanda, na sede do MPPE, em Caruaru, 35 promotores de Justiça hipotecaram solidariedade a Flávio Henrique.

Ao final do encontro, ficou decidido que a Instituição adotará imediatamente três medidas: designar mais promotores para atuar em conjunto com o promotor titular na ação penal que tem como réus os cinco advogados, e assim despersonalizar a atuação do MPPE; acompanhar junto à Câmara Criminal do TJPE em Caruaru o julgamento do conflito de competência entre as 3ª e 4ª Varas Criminais do município, a ser realizado na tarde desta quarta-feira (16); e a abertura de um diálogo com o presidente da OAB-PE, Ronnie Duarte, para que se esclare-



Foto: Jaques Cerqueira

Carlos Guerra reúne na Promotoria de Justiça de Caruaru promotores de Justiça em apoio a Flávio Henrique

ça melhor o episódio.

“Não podemos permitir que um incidente como esse comprometa o bom relacionamento que sempre houve entre o Ministério Público e a OAB-PE, duas instituições sérias das quais a sociedade não pode prescindir”, declarou Carlos Guerra. Ainda durante o encontro, o chefe do MPPE pregou “a necessidade

do diálogo, da serenidade e do bom senso para superação desse fato, que não pode nem deve se repetir”. Na opinião do corregedor-geral substituto do MPPE, Paulo Lapenda, que participou do encontro, não houve qualquer irregularidade na conduta do promotor Flávio Henrique nesse processo.

A mesa formada para conduzir

os trabalhos foi integrada por Carlos Guerra; Paulo Lapenda; e pelos promotores Flávio Henrique, Paulo Augusto Oliveira (coordenador da 6ª Circunscrição), Henrique Ramos (coordenador da sede do MPPE em Caruaru), André Felipe de Menezes (presidente do Instituto do MPPE) e Salomão Abdo Azis (presidente da Associação do MPPE).

FEIRA NOVA

Suplente em Conselho Tutelar

Representado pela promotora Kívia Ribeiro, o MPPE recomendou ao prefeito de Feira Nova, Nicodemus Barros, e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que providenciem a nomeação e posse, em caráter provisório, do primeiro suplente do Conselho Tutelar do município. Na recomendação, a promotora explica que, de acordo com a Lei nº8.069/90, o Conselho Tutelar é composto por cinco membros escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, sendo permitida uma recondução. E, em caso de vaga temporária ou definitiva de algum conselheiro, o Poder Público deve

garantir que o colegiado seja recomposto com a presença de cinco integrantes.

Foto: Cátia Fonseca



Promotora Kívia Ribeiro

CARUARU

Presença maciça no ato

Durante o ato em apoio institucional ao promotor Flávio Henrique dos Santos, marcaram presença na sede da Promotoria de Justiça, em Caruaru, os promotores de Justiça Ana Clézia Ferreira Nunes, Antonio Fernandes Oliveira Matos Júnior, Antonio Rolemberg Feitosa Júnior, Bruno Melquíades Dias Pereira, Daniel de Ataíde Martins, Diego Albuquerque Tavares, Édipo Soares Cavalcante Filho, Fabiano Moraes de Holanda Beltrão, Francisco Ortêncio de Carvalho, George Diógenes Pessoa, Geovana Andrea Cajueiro Belfort, Geovany de Sá Leite, Henrique Ramos Rodrigues, Isabelle Bar-

reto de Almeida Bezerra, Juran-dir Beserra de Vasconcelos, José Paulo Cavalcanti Xavier Filho e Keyler Toscano.

Também participaram do ato os promotores de Justiça: Maria Aparecida Barreto da Silva, Marco Aurélio Farias da Silva, Marcus Alexandre Tieppo Rodrigues, Maviael de Souza Silva, Natália Maria Campelo, Paula Catherine de Lira Aziz Ismail, Petrucio José Luna de Aquino, Roberto Brayner Sampaio, Ronaldo Roberto Lira e Silva, Sérgio Roberto da Silva Pereira, Sérgio Gadelha Souto, Sérgio Tenório de França, Sílvia Amélia de Melo Oliveira e Sophia Wolfvitch Spinola.

ESCOLA SUPERIOR

Língua brasileira de sinais é tema de curso

A Escola Superior do Ministério Público (ESMP) de Pernambuco iniciou dia 19 de fevereiro o curso básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. As aulas são realizadas nas sextas-feiras, das 14h às 17h, no 5º andar do edifício Ipsep, da rua do Sol, na sala de aula da ESMP. O curso, que segue até julho, totalizando 60 horas-aula, é ministrado pelo professor Antônio Brochardt, que é surdo. A turma conta com 30 alunos, entre membros e servidores do MPPE e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, sendo capacitados para atender e se comunicar de forma eficiente com as pessoas surdas, garantindo assim a efetivação de seus direitos.

Para a diretora da ESMP, promotora Deluse Amaral, cada instituição deve ter um percentual mínimo de pessoas habilitadas para se comunicar e entender as pessoas com surdez e o MPPE está investindo no seu capital humano. “Contamos com a persistência dos alunos para concluir esse ciclo básico. O aprofundamento será definido de acordo com a disponibilidade e dedicação da turma em

prosseguir com o estudo e a disponibilidade da Secretaria de Educação”.

O curso foi uma provocação feita pelo coordenador do Caop Cidadania, Marco Aurélio Farias, que também articulou o contato da ESMP com a Secretaria Estadual de Educação, para que esse curso pudesse ser oferecido no âmbito ministerial.

“Inclusive, o Caop Cidadania tem um projeto para que nas sextas-feiras aconteça o Café com Libras, a fim de que temas de cidadania sejam discutidos nessa língua com os participantes”, adiantou Marco Aurélio.

A analista jurídica Eryne Ávila, da 14ª Procuradoria de Justiça Criminal, se interessou pelo curso para

que, na necessidade de atender uma pessoa surda ela possa realizar o atendimento da melhor forma possível com o conhecimento da língua. “A Escola Superior oferecer esse curso foi fundamental para a minha decisão de iniciá-lo, por ser no ambiente de trabalho, facilitando a nossa participação.”



Foto: Miguel Rios

Membros e servidores do MPPE dedicam tardes de sexta-feira ao aprendizado da linguagem de libras

CONSELHO NACIONAL

Renato Silva é empossado

O corregedor-geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e procurador de Justiça

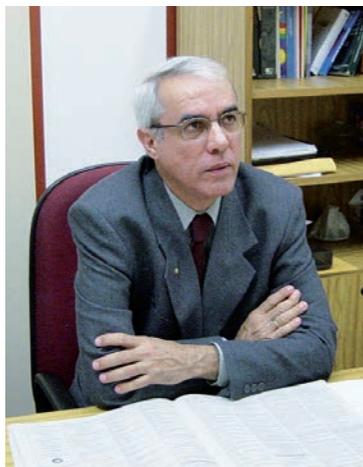


Foto: Cátia Fonseca

Procurador de Justiça Renato Silva

Renato Silva, foi empossado no cargo de 2º vice-presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, para a gestão 2016. A solenidade de posse aconteceu no Salão dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Na ocasião, também foram empossados como presidente do Conselho Nacional Ruben Abruzzi, que é corregedor-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul e como 1º vice-presidente José Roque Nunes Marques, corregedor do Ministério Público Militar.

NAM

Dia da Mulher é lembrado

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Núcleo de Apoio à Mulher (NAM) está promovendo uma série de palestras e outras atividades ao longo de todo este mês. As comemorações foram iniciadas no último dia 6, com a apresentação da peça Rosa Gente, Rosa Flor, na praça Gonçalo Gomes, em Tabira. Já no dia 8, houve diversas atividades, começando com uma palestra da coordenadora do NAM, Geovana Belfort, sobre a Lei Maria da Penha, no auditório do Hospital Português. Às 14 horas, no auditório da Escola Superior, foram apresentadas as ações desenvolvi-

das pelo NAM, em 2015, além de um balanço dos atendimentos realizados pelo Ligue 180 no ano passado. Na ocasião, o grupo de dança As Sereias Teimosas fez uma apresentação especial. Em seguida, Geovana Belfort foi à sede da Andaluz Logística e Transportes para falar sobre aspectos gerais da Lei Maria da Penha. No dia 30, o NAM vai promover em parceria com o GT Racismo no Centro Cultural Rossini Alves Couto a roda de diálogo “Tecendo Redes: realidade, desafios e avanços da rede de enfrentamento à violência de gênero e raça em Pernambuco”.



Ouvidoria do MPPE **10 anos a serviço da cidadania**



Em 2016, a Ouvidoria do MPPE comemora 10 anos de implantação. Foi um período de muito trabalho ao lado do cidadão, ouvindo e dando encaminhamento a mais de 15 mil denúncias, críticas e sugestões recebidas.

A construção de um Estado com mais cidadania e justiça social é o que motiva a Ouvidoria do MPPE a continuar trabalhando como um canal aberto para o cidadão pernambucano.

10 anos
Ouvidoria do MPPE

